

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	18
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2019	Dividendo	29/03/2019	Ordinária		0,08612

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	4.443.465	4.358.127
1.01	Ativo Circulante	1.104.167	1.201.587
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	971.886	913.958
1.01.03	Contas a Receber	527	522
1.01.03.01	Clientes	527	522
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.485	60.917
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.485	60.917
1.01.07	Despesas Antecipadas	509	112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	66.760	226.078
1.01.08.03	Outros	66.760	226.078
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	49.712	32.406
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	12.944	189.363
1.01.08.03.03	Outros créditos	4.104	4.309
1.02	Ativo Não Circulante	3.339.298	3.156.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.339.066	1.323.204
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.547	10.997
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.547	10.997
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.324.076	1.311.744
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.324.076	1.311.744
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	443	463
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	443	463
1.02.02	Investimentos	1.957.715	1.787.897
1.02.02.01	Participações Societárias	1.957.715	1.787.897
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.957.715	1.787.897
1.02.03	Imobilizado	20.073	20.882
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.073	20.882
1.02.04	Intangível	22.444	24.557
1.02.04.01	Intangíveis	22.444	24.557

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	4.443.465	4.358.127
2.01	Passivo Circulante	727.499	735.883
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.958	23.850
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.958	23.850
2.01.02	Fornecedores	3.760	7.824
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.760	7.824
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.218	4.245
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.218	4.245
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	2.218	4.245
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	694.635	654.059
2.01.04.02	Debêntures	691.752	650.996
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.883	3.063
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	2.883	3.063
2.01.05	Outras Obrigações	4.928	45.905
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.241	44.626
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	635	18.204
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	602	26.422
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4	0
2.01.05.02	Outros	3.687	1.279
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	3.687	1.279
2.02	Passivo Não Circulante	2.616.597	2.599.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.571.903	2.554.087
2.02.01.02	Debêntures	2.569.977	2.552.161
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.926	1.926
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.926	1.926
2.02.02	Outras Obrigações	44.018	45.270
2.02.02.02	Outros	44.018	45.270
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	44.018	45.270
2.02.04	Provisões	676	632
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	676	632
2.03	Patrimônio Líquido	1.099.369	1.022.255
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	14.333
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.556
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	8.777	8.777
2.03.04	Reservas de Lucros	251.207	311.207
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reservas de dividendos	111.864	171.864
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	137.114	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	41.513	42.167
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-27.930	-20.910
3.03	Resultado Bruto	13.583	21.257
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	151.945	177.555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.232	-12.267
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1	2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.068	-1.398
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimento	-1.068	-1.398
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	167.246	191.218
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	146.886	175.251
3.04.06.02	Juros sobre Capital Proprio recebidos	20.360	15.967
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	165.528	198.812
3.06	Resultado Financeiro	-31.964	-22.356
3.06.01	Receitas Financeiras	39.471	46.675
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.435	-69.031
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	133.564	176.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.550	-1.423
3.08.01	Corrente	0	-852
3.08.02	Diferido	3.550	-571
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	137.114	175.033
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	137.114	175.033
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19680	0,25123

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	137.114	175.033
4.03	Resultado Abrangente do Período	137.114	175.033

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-39.554	-10.093
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.049	31.916
6.01.01.01	Lucro Líquido	137.114	175.033
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.328	3.200
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	1.068	1.398
6.01.01.04	Encargos financeiros/variação monet. empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil	66.719	60.457
6.01.01.05	Prêmio de opções com base em ações	0	31
6.01.01.06	Tributos diferidos	-3.550	571
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-167.246	-191.218
6.01.01.09	Juros sobre Contrato de Mútuo/Cessão e assunção de dívidas/Debentures privadas-Ativas	-25.493	-18.431
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	50	13
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	9	11
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	52	0
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2	-1
6.01.01.14	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	0	852
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.603	-42.009
6.01.02.01	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	0	-852
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.568	-3.347
6.01.02.03	Outros créditos	205	393
6.01.02.04	Fornecedores	-4.064	-2.661
6.01.02.05	Obrigações sociais	-1.892	-6.123
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.027	2.528
6.01.02.07	Outras contas a pagar	1.156	257
6.01.02.08	Partes relacionadas	-40.966	-30.951
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-397	-597
6.01.02.10	Pagamento dos depósitos judiciais	-30	0
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-15	-13
6.01.02.12	Cientes	-5	-643
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	165.809	145.240
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-406	-982
6.02.02	Aporte de Capital	-24.000	0
6.02.03	Transações com partes relacionadas - Mutuo/Cessão e assunção de dívida	187.161	-10.847
6.02.04	Dividendos recebidos	3.054	201.069
6.02.07	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	0	-44.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.327	-254.098
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-60.000	-241.210
6.03.02	Partes relacionadas - dívida	0	-11.686
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-180	-64
6.03.04	Juros Pagos	-8.147	-1.138
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	57.928	-118.951
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	913.958	1.127.850
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	971.886	1.008.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-60.000	0	0	-60.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.000	0	0	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.114	0	137.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.114	0	137.114
5.07	Saldos Finais	696.715	14.333	251.207	137.114	0	1.099.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.912	-168.562	-64.033	0	-288.507
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.04.06	Dividendos	0	0	-168.562	-64.033	0	-232.595
5.04.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.033	0	175.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.033	0	175.033
5.07	Saldos Finais	696.715	-50.437	147.553	111.000	0	904.831

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	46.720	47.457
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	46.720	47.457
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.917	-6.647
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.983	-3.677
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.934	-2.970
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.803	40.810
7.04	Retenções	-4.397	-4.595
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.328	-3.200
7.04.02	Outras	-1.069	-1.395
7.04.02.01	Amortização ágio de investimentos	-1.068	-1.398
7.04.02.02	Outras despesas e receitas líquidas	-1	3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.406	36.215
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	206.717	237.893
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	167.246	191.218
7.06.02	Receitas Financeiras	39.471	46.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	238.123	274.108
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	238.123	274.108
7.08.01	Pessoal	26.945	21.451
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.555	17.986
7.08.01.02	Benefícios	3.081	2.512
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.309	953
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.657	6.713
7.08.02.01	Federais	772	5.813
7.08.02.03	Municipais	885	900
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.407	70.911
7.08.03.01	Juros	51.531	54.760
7.08.03.02	Aluguéis	972	1.880
7.08.03.03	Outras	19.904	14.271
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	137.114	175.033
7.08.04.02	Dividendos	0	64.033
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	137.114	111.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	8.861.071	8.636.842
1.01	Ativo Circulante	1.887.549	2.049.249
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.595.022	1.605.561
1.01.03	Contas a Receber	121.673	117.611
1.01.03.01	Clientes	121.673	117.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.165	61.806
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.165	61.806
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.179	4.310
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.510	259.961
1.01.08.03	Outros	97.510	259.961
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários - vinculados	70.851	61.521
1.01.08.03.02	Outros créditos	26.468	24.229
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	191	174.211
1.02	Ativo Não Circulante	6.973.522	6.587.593
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.345.179	1.136.633
1.02.01.07	Tributos Diferidos	136.103	126.930
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.103	126.930
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	520	553
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	903.752	897.930
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	903.752	897.930
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	304.804	111.220
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	288.631	96.216
1.02.01.10.04	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	16.173	15.004
1.02.03	Imobilizado	94.788	98.137
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	94.788	98.137
1.02.04	Intangível	5.533.555	5.352.823
1.02.04.01	Intangíveis	5.533.555	5.352.823

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	8.861.071	8.636.842
2.01	Passivo Circulante	1.809.875	1.777.204
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.272	49.327
2.01.01.01	Obrigações Sociais	43.272	49.327
2.01.02	Fornecedores	68.994	80.620
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	68.994	80.620
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.698	33.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.698	33.707
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	29.698	33.707
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.423.065	1.352.661
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.003	59.328
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.003	59.328
2.01.04.02	Debêntures	1.354.994	1.287.451
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.068	5.882
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	5.068	5.882
2.01.05	Outras Obrigações	39.021	64.884
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.724	49.510
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	709	29.628
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.015	19.882
2.01.05.02	Outros	19.297	15.374
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	11.961	9.518
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.336	5.856
2.01.06	Provisões	205.825	196.005
2.01.06.02	Outras Provisões	205.825	196.005
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	103.211	79.074
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	74.418	71.841
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	28.196	45.090
2.02	Passivo Não Circulante	5.951.827	5.837.383
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.673.823	4.622.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	535.864	498.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	535.864	498.321
2.02.01.02	Debêntures	4.135.635	4.121.358
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.324	2.324
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	2.324	2.324
2.02.02	Outras Obrigações	899.394	847.496
2.02.02.02	Outros	899.394	847.496
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	83.503	82.666
2.02.02.02.05	Obrigações com poder concedente	815.891	764.830
2.02.03	Tributos Diferidos	18.325	22.666
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.325	22.666
2.02.04	Provisões	360.285	345.218
2.02.04.02	Outras Provisões	360.285	345.218
2.02.04.02.05	Provisões para perda cíveis, trabalhistas e tributárias	89.001	78.791
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	248.471	241.401
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	22.813	25.026
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.099.369	1.022.255

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	14.333
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.556
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	8.777	8.777
2.03.04	Reservas de Lucros	251.207	311.207
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reserva de dividendos	111.864	171.864
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	137.114	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	843.756	759.958
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-499.063	-368.480
3.03	Resultado Bruto	344.693	391.478
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.765	-31.457
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.749	-31.454
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	308.928	360.021
3.06	Resultado Financeiro	-97.693	-85.069
3.06.01	Receitas Financeiras	56.957	55.108
3.06.02	Despesas Financeiras	-154.650	-140.177
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	211.235	274.952
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.121	-95.845
3.08.01	Corrente	-87.635	-97.227
3.08.02	Diferido	13.514	1.382
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	137.114	179.107
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	137.114	179.107
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	137.114	175.033
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	4.074
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19680	0,25186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	137.114	179.552
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	137.114	179.552
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	137.114	175.475
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	4.077

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	127.249	388.789
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	516.778	546.575
6.01.01.01	Lucro Líquido	137.114	179.107
6.01.01.02	Depreciação e amortização	113.308	106.403
6.01.01.03	Encargos financeiros/variação monet. empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendam mercantil	134.325	123.268
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	0	344
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.214	-1.155
6.01.01.06	Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	17.494	8
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	38.946	26.963
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras futuras	10.033	7.830
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	0	63
6.01.01.10	Tributos diferidos	-13.514	-1.382
6.01.01.11	Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	163	60
6.01.01.12	Capitalização de Juros	-11.895	-6.511
6.01.01.13	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	10.019	2.128
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.464	883
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	601	1.050
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-647	-662
6.01.01.17	Juros sobre contratos de mútuo/Cessão e Assunção de dívidas - ativos	-18.598	0
6.01.01.18	Obrigações com o Poder Concedente	11.544	10.951
6.01.01.19	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	87.635	97.227
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-389.529	-157.786
6.01.02.01	Clientes	-4.225	-2.921
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-6.359	-5.196
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-836	-771
6.01.02.04	Outros créditos	-2.240	1.034
6.01.02.05	Fornecedores	-11.626	-18.506
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-6.055	-11.170
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-4.009	611
6.01.02.08	Outras contas a pagar	2.318	-1.457
6.01.02.09	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-104.529	-82.724
6.01.02.10	Partes relacionadas	-28.925	-7.876
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.273	-1.164
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-17.408	-14.661
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-192.369	-1.270
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-11.993	-11.715
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.402	-189.649
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-242.337	-135.406
6.02.04	Stock Option acionistas não controladores	0	3
6.02.06	Partes relacionadas - mútuos	0	-10.246

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.02.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	0	-44.000
6.02.09	Cessão / Assunção de dívida	185.935	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-81.386	-318.294
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-9.285	-9.287
6.03.02	Pagamento de Obrigações com o Poder Concedente	0	-4.711
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	50.746	0
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-28.694	-25.504
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-60.000	-241.210
6.03.07	Juros pagos	-34.153	-24.485
6.03.08	Partes relacionadas - dívida	0	-13.097
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.539	-119.154
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.605.561	1.582.156
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.595.022	1.463.002

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-60.000	0	0	-60.000	0	-60.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.000	0	0	-60.000	0	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.114	0	137.114	0	137.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.114	0	137.114	0	137.114
5.07	Saldos Finais	696.715	14.333	251.207	137.114	0	1.099.369	0	1.099.369

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.912	-168.562	-64.033	0	-288.507	-4.022	-292.529
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63	3	66
5.04.06	Dividendos	0	0	-168.562	-64.033	0	-232.595	0	-232.595
5.04.08	Aquisição de Participação dos Acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975	-4.025	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.033	0	175.033	4.074	179.107
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.033	0	175.033	4.074	179.107
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-2.156	-2.156
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	-2.156	-2.156
5.07	Saldos Finais	696.715	-50.437	147.553	111.000	0	904.831	95.844	1.000.675

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	907.683	825.233
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	659.396	672.395
7.01.02	Outras Receitas	23.461	26.093
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	224.826	126.745
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-348.933	-231.007
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-335.355	-219.274
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.466	-11.677
7.02.04	Outros	-112	-56
7.03	Valor Adicionado Bruto	558.750	594.226
7.04	Retenções	-113.308	-106.403
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-113.308	-106.403
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	445.442	487.823
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	56.957	55.108
7.06.02	Receitas Financeiras	56.957	55.108
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	502.399	542.931
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	502.399	542.931
7.08.01	Pessoal	68.554	59.073
7.08.01.01	Remuneração Direta	53.089	45.513
7.08.01.02	Benefícios	12.239	10.867
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.226	2.693
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	137.952	161.067
7.08.02.01	Federais	103.280	125.604
7.08.02.03	Municipais	34.672	35.463
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	158.779	143.684
7.08.03.01	Juros	95.302	93.898
7.08.03.02	Aluguéis	4.129	3.507
7.08.03.03	Outras	59.348	46.279
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	137.114	179.107
7.08.04.02	Dividendos	0	64.033
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	137.114	111.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	4.074

Comentário do Desempenho

Ecorodovias Concessões anuncia resultados do 1T19

São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2019 – A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019 (1T19). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2018 (1T18).

Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 74.322 mil veículos equivalentes pagantes no 1T19.
- ✓ A receita líquida atingiu R\$843,8 milhões no 1T19. A receita líquida pró-forma totalizou R\$618,9 milhões no 1T19, impactada pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos que será objeto de reequilíbrio contratual, com impacto de R\$30,8 milhões no 1T19.
- ✓ O EBITDA pró-forma comparável totalizou R\$477,4 milhões no 1T19 com margem de 77,1%.

Destaques (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Volume de tráfego ¹	74.322	75.753	-1,9%
Tarifa Média	8,87	8,88	0,0%
Receita líquida	843,8	760,0	11,0%
EBITDA Pró-Forma Comparável ²	477,4	493,4	-3,2%
Margem EBITDA Pró-Forma Comparável ²	77,1%	77,9%	-0,8 p.p.
Capex	271,6	156,6	73,5%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Companhia

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, ECO101, Ecoponte e ECO135.

Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Comentário do Desempenho

Análise do resultado

Volume de tráfego

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T19	1T18	Var.
Pesados			
Ecovias dos Imigrantes	6.097	7.067	-13,7%
Ecopistas	6.326	6.265	1,0%
Ecovia Caminho do Mar	2.640	3.435	-23,1%
Ecocataratas	3.944	4.223	-6,6%
Ecosul	3.950	4.323	-8,6%
ECO101	7.779	7.644	1,8%
Ecoponte	1.036	1.037	-0,1%
Total	31.773	33.994	-6,5%
Total Comparável¹	31.773	32.093	-1,0%
Leves			
Ecovias dos Imigrantes	9.806	9.854	-0,5%
Ecopistas	15.800	15.014	5,2%
Ecovia Caminho do Mar	1.479	1.466	0,9%
Ecocataratas	2.869	2.905	-1,2%
Ecosul	1.911	1.966	-2,8%
ECO101	4.462	4.318	3,3%
Ecoponte ¹	6.223	6.235	-0,2%
Total	42.550	41.759	1,9%
Total Comparável¹	42.550	41.759	1,9%
Pesados + Leves			
Ecovias dos Imigrantes	15.903	16.921	-6,0%
Ecopistas	22.126	21.279	4,0%
Ecovia Caminho do Mar	4.119	4.901	-16,0%
Ecocataratas	6.813	7.128	-4,4%
Ecosul	5.861	6.290	-6,8%
ECO101	12.241	11.962	2,3%
Ecoponte	7.260	7.272	-0,2%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	74.322	75.753	-1,9%
VOLUME COMPARÁVEL¹	74.322	73.852	0,6%

¹ Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos.

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O tráfego do 1T19 foi impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas a partir de 29 de maio de 2018 e na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a partir de 31 de maio de 2018. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos, nas concessões acima mencionadas, será objeto de reequilíbrio contratual.

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou redução de 1,9% no 1T19. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos e os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros, o tráfego consolidado apresentou crescimento de 0,6% no 1T19.

O tráfego consolidado mensal do 1T19 apresentou as seguintes variações: crescimento de 1,0% em janeiro, redução de 2,3% em fevereiro e de 4,5% em março. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos

Comentário do Desempenho

suspensos, o tráfego consolidado apresentou crescimento de 3,2% em janeiro, de 0,3% em fevereiro e redução de 1,8% em março.

Os principais motivos para a variação do 1T19 estão detalhados abaixo:

- ✓ **Veículos Pesados** – redução de 6,5% no 1T19. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos, o tráfego de veículos pesados apresentou redução de 1,0%. Excluindo o efeito anteriormente mencionado, a Ecopistas apresentou aumento no fluxo de veículos pesados pela indução de tráfego após isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos. A ECO101 teve crescimento de tráfego devido ao maior fluxo de veículos pesados impulsionado pelo ciclo da indústria de celulose na região. A Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul registraram redução no tráfego influenciado pela redução do fluxo de escoamento da safra por essas concessões. A Ecoponte e a Ecocataratas apresentaram estabilidade no tráfego.
- ✓ **Veículos Leves** – crescimento de 1,9% no 1T19. A Ecopistas apresentou crescimento de tráfego em função do aumento do consumo das famílias. A ECO101 e a Ecovia Caminho do Mar apresentaram crescimento de tráfego em razão do clima favorável. A Ecosul e Ecovias dos Imigrantes tiveram redução no tráfego devido à redução no fluxo de turistas em razão do clima desfavorável nas regiões. A Ecocataratas apresentou redução de tráfego em função da desvalorização do Real frente ao Dólar, que contribuiu para a redução do fluxo de turismo de compras na tríplice fronteira. A Ecoponte apresentou redução no tráfego influenciado pelo clima desfavorável no mês de março.

Tarifa média

TARIFA MÉDIA (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	1T19	1T18	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,20	16,16	0,2%
Ecopistas	3,59	3,42	5,2%
Ecovia Caminho do Mar	18,81	17,25	9,1%
Ecocataratas	12,90	11,97	7,8%
Ecosul	12,66	11,70	8,2%
ECO101	4,20	4,42	-5,0%
Ecoponte	4,30	4,10	4,9%
TARIFA MÉDIA CONSOLIDADA	8,87	8,88	0,0%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou estabilidade no 1T19 em relação ao 1T18 devido, principalmente, ao reajuste tarifário na ECO101, com redução de 4,2% em junho de 2018 e pela estabilidade da tarifa média da Ecovias dos Imigrantes em virtude da maior representatividade de tráfego nas praças de pedágio de bloqueio que possuem tarifas menores. Comparativamente, a inflação atingiu 4,6% no período.

Em junho de 2018, foram aprovados o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 4,9% e o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 que resultou em uma redução de 4,2%, sendo +2,7% devido à aplicação do IPCA e o restante referente a postergações de investimentos.

Em julho de 2018, foram aplicados os reajustes de 2,9%, pelo IPCA, na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através de extensão de prazo da concessão. O reajuste de julho de 2018 na Ecovias dos Imigrantes seria de 4,3% caso fosse aplicado o IGP-M. Atualmente, a diferença tarifária acumulada, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA, é de 4,2% e será compensada com extensão do prazo da concessão.

Em dezembro de 2018, foram aprovados os reajustes contratuais das tarifas básicas de 7,8% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas.

Em janeiro de 2019, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 7,7%, degrau tarifário positivo de 1,6% relativo ao aditivo contratual assinado em

Comentário do Desempenho

2015, e decréscimo tarifário de 1,0% em decorrência dos impactos de revisões ordinária e extraordinária, totalizando um reajuste de 8,4%.

Receita bruta

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Receita de Pedágio	659,4	672,4	-1,9%
Ecovias dos Imigrantes	257,6	273,5	-5,8%
Ecopistas	79,5	72,7	9,4%
Ecovia Caminho do Mar	77,5	84,5	-8,3%
Ecocataratas	87,9	85,3	3,0%
Ecosul	74,2	73,6	0,8%
ECO101	51,4	52,9	-2,7%
Ecoponte	31,2	29,8	4,7%
Receita Acessória e Serviços	23,5	26,1	-10,1%
Receita de Construção	224,8	126,7	77,4%
RECEITA BRUTA	907,7	825,2	10,0%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA¹	682,9	698,5	-2,2%

¹ Exclui Receita de Construção

- ✓ **Receita de Pedágio:** redução de 1,9% no 1T19. A redução no trimestre foi resultante, principalmente, da queda do tráfego nas concessionárias pelo início da isenção de cobrança de pedágio para eixos suspensos nas concessões Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas, a qual será objeto de reequilíbrio contratual. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos reduziu a receita de pedágio em R\$107,7 milhões entre maio de 2018 e março de 2019, sendo R\$30,8 milhões no 1T19.
- ✓ **Receita Acessória e Serviços:** redução de 10,1% no 1T19. A redução do trimestre deve-se à redução de receita acessória na Ecoponte influenciada pelo incremento de receitas retroativas no 1T18 e, adicionalmente, à economias repassadas pela empresa de Serviços às concessões rodoviárias e economias com serviços de terceiros na Ecovias dos Imigrantes.
- ✓ **Receita de Construção:** aumento de 77,4% no 1T19, devido as obras da ECO135, duplicações na ECO101, obras do aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes e obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais no 1T19 tiveram aumento de 33,7% e totalizaram R\$534,8 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$157,7 milhões, com aumento de 12,8% em relação ao 1T18. Excluindo os custos referente ao início de operação da ECO135, os custos caixa totalizaram R\$149,3 milhões com crescimento de 5,0%.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Pessoal	68,6	59,1	16,0%
Conservação e manutenção	21,2	18,6	14,0%
Serviços de terceiros	34,2	31,2	9,7%
Seguros, poder concedente e locações	18,7	17,5	7,2%
Outros	15,1	13,6	11,5%
Custos caixa	157,7	139,8	12,8%
Depreciação e amortização	113,3	106,4	6,5%
Provisão para manutenção	38,9	27,0	44,4%
Custo de construção de obras	224,8	126,7	77,4%
TOTAL	534,8	399,9	33,7%

- ✓ **Pessoal:** aumento de 16,0%, devido principalmente aos custos referentes ao início de operação da ECO135 (+R\$2,3 milhões), excluindo esse efeito, o custo com pessoal cresceu 12,1%, acima do reajuste salarial de 3,9% em março de 2019, em função do incremento de reclamações trabalhistas na Ecovias dos Imigrantes entre outros;
- ✓ **Conservação e Manutenção:** aumento de 14,0%, devido ao início de operação da ECO135 (+R\$1,3 milhão), excluindo esse efeito, essa conta apresentou aumento de 7,1% em função de maiores gastos com limpeza nas concessionárias Ecovia Caminho do Mar, ECO101 e Ecoponte;
- ✓ **Serviços de Terceiros:** aumento de 9,7%, devido ao início da operação da ECO135 (+R\$4,4 milhões), excluindo a ECO135, houve redução de 4,6% em função de menores despesas com consultorias na Ecovias dos Imigrantes;
- ✓ **Seguros, Poder Concedente e Locações:** aumento de 7,2%, excluindo o início da operação da ECO135 (+R\$2,3 milhões), essa rubrica apresentou redução de 16,6%, devido ao menor gasto com seguros em função de renegociações dos contratos;
- ✓ **Outros:** incremento de R\$1,5 milhão, em função de aumento de custos com energia elétrica na Ecovias dos Imigrantes e pelo início da operação da ECO135 (+R\$0,7 milhão);
- ✓ **Custo de Construção:** aumento de 77,4% no 1T19, devido às obras da ECO135, duplicações na ECO101, obras do aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes e obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte;
- ✓ **Provisão para Manutenção:** aumento de 44,4%, em função do aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção;
- ✓ **Depreciação e Amortização:** aumento de 6,5%, devido à maior base de ativos das concessionárias.

EBITDA

O EBITDA pró-forma comparável, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$477,4 milhões no 1T19, com margem de 77,1% (-0,8 p.p.). O EBITDA no 1T19 foi de R\$422,2 milhões com margem 50,0%.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	1T19	1T18	Var.
Lucro líquido	137,1	175,0	-21,7%
Imposto de renda e contribuição social	74,1	95,8	-22,7%
Resultado Financeiro	97,7	85,1	14,8%
Depreciação e amortização	113,3	106,4	6,5%
Participação dos minoritários	-	4,1	-100,0%
EBITDA ¹	422,2	466,4	-9,5%
Margem EBITDA ¹	50,0%	61,4%	-11,4 p.p.
Provisão para manutenção ²	38,9	27,0	44,4%
Gastos não comparáveis	16,3	-	n.m.
EBITDA Pró-Forma Comparável³	477,4	493,4	-3,2%
Margem EBITDA Pró-Forma Comparável³	77,1%	77,9%	-0,8 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM527/2012.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção e gastos não comparáveis com investigações, comitês e início de operação da ECO135

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 1T19 foi negativo em R\$97,7 milhões, aumento de 14,8% devido, principalmente, ao incremento no saldo médio de debêntures no 1T19;

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	1T19	1T18	Var.
Juros sobre Debêntures	(81,9)	(80,3)	2,1%
Variação Monetária sobre Debêntures	(32,4)	(25,9)	25,3%
Juros sobre Financiamentos	(13,4)	(11,4)	17,4%
Juros sobre arrendamento IFRS 16	(1,8)	(2,2)	-20,7%
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(0,3)	n.m.
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1,6)	(1,1)	41,9%
Receitas de Aplicações Financeiras	24,9	24,1	3,2%
Ajuste a Valor Presente s/prov.para manut.	(10,0)	(7,8)	28,1%
Outros Efeitos Financeiros	18,6	19,9	-6,7%
TOTAL	(97,7)	(85,1)	14,8%

Endividamento

A EcoRodovias Concessões e Serviços e suas Controladas encerraram março de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$1.682,0 milhões, não considera o valor de R\$185,4 milhões de bloqueios judiciais na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas realizado em 21 de março de 2019. Endividamento bruto (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente) atingiu R\$6.924,7 milhões. As obrigações com o poder concedente eram de R\$827,9 milhões, sendo grande parte referente a outorga da ECO135 que será paga em 348 parcelas mensais. O Endividamento Financeiro Líquido encerrou o trimestre em R\$4.414,8 milhões, com o indicador de Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA pró-forma de 2,5x. Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas da Demonstração Financeira a Companhia.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2019	31/12/2018	Var.
Curto Prazo	1.423,1	1.352,7	5,2%
Debêntures	1.355,0	1.287,5	5,2%
Empréstimos e Financiamentos	63,0	59,3	6,2%
Arrendamento Mercantil	5,1	5,9	-13,8%
Longo Prazo	4.673,8	4.621,9	1,1%
Debêntures	4.135,6	4.121,4	0,3%
Empréstimos e Financiamentos	535,9	498,3	7,5%
Arrendamento Mercantil	2,3	2,2	4,0%
Endividamento Financeiro Bruto¹	6.096,9	5.974,6	2,0%
Obrigações com Poder Concedente	827,9	774,3	6,9%
Endividamento Bruto	6.924,7	6.748,9	2,6%
Caixa e equivalentes de caixa	1.682,0	1.682,1	0,0%
Dívida Líquida	5.242,7	5.066,8	3,5%
Endividamento Financeiro Líquido¹	4.414,8	4.292,5	2,9%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

Capex

O Capex consolidado totalizou R\$271,6 milhões no 1T19. Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as obras na ECO135, duplicações da ECO101, obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes e obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte. Importante destacar que a ECO101 e Ecoponte já possuem financiamento contratado com o BNDES e que a ECO135 está em processo avançado para a contratação do financiamento.

CAPEX (em milhares de R\$)	1T19		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	38,6	3,6	42,2
Ecopistas	10,4	0,3	10,7
Ecovia Caminho do Mar	0,9	4,8	5,7
Ecocataratas	6,9	7,2	14,0
Ecosul	18,6	1,6	20,2
ECO101	63,6	-	63,6
Ecoponte	42,8	-	42,8
ECO135	72,1	-	72,1
Ecorodovias C&S	0,4	-	0,4
TOTAL CONSOLIDADO	254,2	17,4	271,6

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$197,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5 – São Bernardo do Campo/SP.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 9.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de abril de 2019.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

O CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que

Notas Explicativas

representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e conseqüentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continuam ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nºs 13 e 14.

A Companhia aplicou os requerimentos da CPC06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	CPC06 (R2) 01/01/2019	31/12/2017	CPC06 (R2) 01/01/2018	31/12/2018	CPC06 (R2) 01/01/2019	31/12/2017	CPC06 (R2) 01/01/2018
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	913.958	-	1.127.850	-	1.127.850	1.605.561	1.582.156	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	61.521	60.234	60.234	-
Clientes	522	522	812	812	117.611	132.857	132.857	-
Tributos a recuperar	60.917	60.917	25.337	25.337	61.806	26.234	26.234	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	32.406	32.406	23.303	23.303	-	-	-	-
Despesas antecipadas	112	112	26	26	4.310	3.924	3.924	-
Partes relacionadas	189.363	189.363	436.423	436.423	174.211	415.275	415.275	-
Outros créditos	4.309	4.309	5.917	5.917	24.229	15.964	15.964	-
Total do ativo circulante	1.201.587	1.201.587	1.619.668	1.619.668	2.049.249	2.236.644	2.236.644	-
NÃO CIRCULANTE								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	15.004	8.834	8.834	-
Tributos diferidos	10.997	10.997	7.940	7.940	126.930	120.533	120.533	-
Depósitos judiciais	463	463	320	320	96.216	97.166	97.166	-
Partes relacionadas	1.311.744	1.311.744	1.112.321	1.112.321	897.930	724.423	724.423	-
Outros créditos	-	-	-	-	-	82	82	-
Despesas antecipadas	-	-	-	-	553	682	682	-
Investimentos:								
Em controladas e coligadas	1.787.897	1.787.897	1.498.418	1.498.418	-	-	-	-
Imobilizado	20.882	20.882	24.073	24.073	98.137	100.578	100.578	-
Intangível	19.568	24.557	19.565	25.079	5.344.617	4.191.652	10.165	4.201.817
Total do ativo não circulante	3.151.551	3.156.540	2.662.637	2.668.151	6.579.387	5.243.950	10.165	5.254.115
TOTAL DO ATIVO	4.353.138	4.358.127	4.282.305	4.287.819	8.628.636	7.480.594	10.165	7.490.759

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2018	CPC06 (R2)	01/01/19	31/12/2017	CPC06 (R2)	01/01/19	31/12/2017	CPC06 (R2)	01/01/18
BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO									
CIRCULANTE									
Fornecedores	7.824	-	7.824	6.239	-	6.239	80.620	75.663	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	59.328	56.261	-
Debêntures	650.996	-	650.996	763.320	-	763.320	1.287.451	942.137	-
Arrendamento Mercantil	-	3.063	3.063	3.063	3.063	3.063	5.882	6.516	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.245	-	4.245	535	-	535	33.707	31.880	-
Obrigações sociais e trabalhistas	23.850	-	23.850	26.753	-	26.753	49.327	52.462	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	8.641	-	8.641	-	8.641	-
Partes relacionadas	44.626	-	44.626	1.536	-	1.536	49.510	16.918	-
Obrigações com Poder Concedente	-	-	-	-	-	-	9.518	13.062	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	45.090	24.550	-
Provisão para manutenção	-	-	-	-	-	-	79.074	90.503	-
Provisão para construção de obras futuras	-	-	-	-	-	-	71.841	57.568	-
Outras contas a pagar	1.279	-	1.279	1.347	-	1.347	5.856	11.496	-
Total do passivo circulante	732.820	3.063	735.883	808.371	3.063	811.434	1.771.322	1.381.141	6.516
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	498.321	434.748	-
Debêntures	2.552.161	-	2.552.161	2.447.205	-	2.447.205	4.121.358	4.220.552	-
Arrendamento Mercantil	-	1.926	1.926	-	2.451	2.451	-	3.649	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	22.666	16.767	-
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	632	-	632	1.071	-	1.071	78.791	86.012	-
Provisão para manutenção	-	-	-	-	-	-	241.401	179.121	-
Provisão para construção de obras futuras	-	-	-	-	-	-	25.026	7.698	-
Obrigações com Poder Concedente	-	-	-	-	-	-	764.830	-	-
Outras contas a pagar	45.270	-	45.270	7.353	-	7.353	82.666	38.302	-
Total do passivo não circulante	2.598.063	1.926	2.599.989	2.455.629	2.451	2.458.080	5.835.059	4.983.200	3.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social	696.715	-	696.715	696.715	-	696.715	696.715	696.715	-
Reserva de lucros - legal	139.343	-	139.343	139.343	-	139.343	139.343	139.343	-
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	171.864	-	171.864	176.772	-	176.772	171.864	176.772	-
Reserva de lucros - orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	5.556	-	5.556	5.475	-	5.475	5.556	5.475	-
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores	8.777	-	8.777	-	-	8.777	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores	1.022.255	-	1.022.255	1.018.305	-	1.018.305	1.022.255	1.018.305	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	-	-	-	-	-	-	-	97.948	-
Total do patrimônio líquido	1.022.255	-	1.022.255	1.018.305	-	1.018.305	1.022.255	1.116.253	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.353.138	4.989	4.358.127	4.282.305	5.514	4.287.819	8.628.636	7.480.594	10.165
									7.490.759

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	CPC06 (R2)	31/03/2018	CPC06 (R2)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
RECEITA LÍQUIDA	42.167	-	42.167	759.958
Custo dos serviços prestados	(21.733)	823	(20.910)	(370.054)
LUCRO BRUTO	20.434	823	21.257	389.904
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(12.267)	-	(12.267)	(31.454)
Resultado de equivalência patrimonial	191.452	(234)	191.218	-
Amortização do ágio sobre investimento	(1.398)	-	(1.398)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	2	-	2	(3)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	198.223	589	198.812	358.447
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	46.675	-	46.675	55.108
Despesas financeiras	(67.893)	(1.138)	(69.031)	(137.929)
	(21.218)	(1.138)	(22.356)	(82.821)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	177.005	(549)	176.456	275.626
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(852)	-	(852)	(97.227)
Diferidos	(678)	107	(571)	1.153
	(1.530)	107	(1.423)	(96.074)
LUCRO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	175.475	(442)	175.033	179.552
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	-	(445)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	175.475	(442)	175.033	179.107
ATRIBUÍVEL A:				
Participação dos acionistas controladores	175.475	(442)	175.033	175.475
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	4.077
	175.475	(442)	175.033	(3)
	0,25186	-	0,25123	179.107
				(445)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,25186	-	0,25123	0,25186

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado					
	31/03/2018	CPC06 (R2)	31/03/2018	CPC06 (R2)				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	175.475	(442)	179.552	(445)				
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-				
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	175.475	(442)	179.552	(445)				
ATRIBUÍVEL A:								
Acionista controladores			175.475	(442)				
Acionistas não controladores			4.077	(3)				
				175.033				
				4.074				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	696.715	5.475	139.343	176.772	-	1.018.305	97.948	1.116.253
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	63	-	-	-	63	3	66
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	(55.975)	-	-	-	(55.975)	(4.025)	(60.000)
Dividendos distribuídos (R\$0,72 por ação)	-	-	-	(168.562)	(64.033)	(232.595)	(2.156)	(234.751)
Lucro do exercício	-	-	-	-	175.033	175.033	4.074	179.107
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	696.715	(50.437)	139.343	8.210	1.111.000	904.831	95.844	1.000.675

Capital social	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
----------------	--	-------	---------------------------------	-------------------	---	---	--------------------------------

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	CPC06 (R2)	31/03/2018	CPC06 (R2)
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
RECEITAS	47.457	-	825.233	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.647)	-	(231.046)	39
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	40.810	-	594.187	39
RETENÇÕES	(4.216)	(379)	(105.380)	(1.023)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	36.594	(379)	488.807	(984)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	238.127	(234)	55.108	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	274.721	(613)	543.915	(984)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	274.721	(613)	543.915	(984)
PESSOAL	21.451	-	59.073	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	6.820	(107)	161.296	(229)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	70.975	(64)	143.994	(310)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	175.475	(442)	179.552	(445)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(11.295)	1.202	(10.093)	386.192
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	145.240	-	145.240	(189.649)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(252.896)	(1.202)	(254.098)	(2.597)

Notas Explicativas

4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$5.468 entre as rubricas "Caixa líquido nas atividades de financiamento" e "Variação nos ativos e passivos" para o período findo em 31 de março de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(10.179)	5.468	(4.711)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(6.247)	(5.468)	(11.715)
	<u>(16.426)</u>	<u>-</u>	<u>(16.426)</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	40	69	30.618	30.244
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	615.464	744.241	1.092.315	1.186.688
Operações compromissadas (b)	184.144	-	191.417	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	172.031	169.467	273.173	358.765
Aplicações automáticas (d)	207	181	7.499	24.589
	<u>971.886</u>	<u>913.958</u>	<u>1.595.022</u>	<u>1.605.561</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2019 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 30,82% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 1,17% em Operações Compromissadas, 1,22% em Letra Financeira (LF), 66,79% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,2% em 31 de março de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

Notas Explicativas

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de março de 2019 (75% % em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,6% do CDI em 31 de março de 2019 (100,6% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6.TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de investimento	87.024	76.525
	<u>87.024</u>	<u>76.525</u>
Circulante	70.851	61.521
Não circulante	16.173	15.004

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,6% do CDI em 31 de março de 2019 (97,6% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas diretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas, para a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte-Rio Niterói - Ecoponte, para operações com o BNDES.

Notas Explicativas

7. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	113.915	110.670
Receitas acessórias (b)	6.163	5.464
Outras contas a receber	4.673	4.392
Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	<u>(3.078)</u>	<u>(2.915)</u>
	<u>121.673</u>	<u>117.611</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	120.248	116.252
Vencidos:		
Até 30 dias	1.234	1.061
De 31 a 90 dias	149	267
De 91 a 120 dias	42	31
Acima de 120 dias	<u>3.078</u>	<u>2.915</u>
	<u>124.751</u>	<u>120.526</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Saldo inicial no período	2.915	1.263
Constituição de PECLD no período	200	893
Valores recuperados no período	<u>(37)</u>	<u>(833)</u>
Saldo no fim do período	<u>3.078</u>	<u>1.323</u>

Notas Explicativas

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Saldos no início do período	463	320	96.216	97.166
Adições	30	-	192.369	1.270
Baixas	(52)	-	(601)	(1.050)
Atualização monetária	2	1	647	662
Saldos no fim do período	443	321	288.631	98.048

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Cível	-	-	4.486	5.281
Tributário	-	-	5.717	10.021
Trabalhista	443	321	10.394	9.454
Meio Ambiente	-	-	58.674	49.937
MPF-PR (vide Nota Explicativa nº 18.iii)	-	-	185.368	-
Desapropriações	-	-	23.992	23.355
	443	321	288.631	98.048

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 21 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

Notas Explicativas

9. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	Valores das investidas em 31/03/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência Patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/03/2018
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	532.073	89.363	100%	100%	532.073	449.003	89.363	96.529
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	71.562	25.473	100%	100%	71.562	46.893	25.473	29.532
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	581.283	4.711	100%	100%	581.283	581.910	4.711	8.612
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	377.361	7.723	100%	100%	377.361	349.094	7.723	4.725
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	69.742	21.478	100%	100%	69.742	48.718	21.478	21.184
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	1.384	(8.241)	100%	100%	1.384	9.625	(8.241)	-
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	160.658	7.333	100%	100%	160.658	155.531	7.333	11.868
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	122.706	19.406	100%	100%	122.706	105.109	19.406	18.768
EIL-02 S.A.	1	-	100%	100%	1	1	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	40.945	42.013	-	-
					1.957.715	1.787.897	167.246	191.218

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2019:

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02
Ativo	300.100	386.784	2.063.096	481.356	1.612.904	848.429	368.335	1.103.560	1
Ativo circulante	49.198	51.043	335.429	55.406	159.128	52.820	38.573	104.897	1
Ativo não circulante	250.902	335.741	1.727.667	425.950	1.453.776	795.609	329.762	998.663	-
Passivo	300.100	386.784	2.063.096	481.356	1.612.904	848.429	368.335	1.103.560	1
Passivo circulante	196.982	28.095	272.691	263.496	189.339	58.911	88.772	47.206	-
Passivo não circulante	31.556	288.947	1.258.332	95.154	842.282	412.156	118.905	1.054.970	-
Patrimônio líquido	71.562	69.742	532.073	122.706	581.283	377.362	160.658	1.384	1

Notas Explicativas

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02
Receita líquida	71.793	82.772	278.861	84.837	84.951	99.782	74.266	69.299	-
Custos dos serviços prestados	(26.859)	(41.814)	(114.486)	(45.372)	(52.304)	(83.132)	(59.844)	(77.745)	-
Lucro/(prejuízo) bruto	44.934	40.958	164.375	39.465	32.647	16.650	14.422	(8.446)	-
Despesas gerais e administrativas	(4.166)	(3.778)	(9.095)	(3.761)	(5.027)	(3.139)	(2.840)	(2.537)	-
Outras receitas/(despesas), líquidas	-	-	-	7	-	(22)	-	(2)	-
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro	40.768	37.180	155.280	35.711	27.620	13.489	11.582	(10.985)	-
Resultado financeiro	(2.598)	(4.923)	(23.213)	(5.359)	(23.176)	(3.495)	(1.608)	(1.357)	-
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	38.170	32.257	132.068	30.352	4.444	9.994	9.974	(12.342)	-
Imposto de renda e contribuição social	(12.697)	(10.779)	(42.705)	(10.945)	267	(2.271)	(2.641)	4.100	-
Lucro/(prejuízo) líquido do período	25.473	21.478	89.363	19.407	4.711	7.723	7.333	(8.242)	-

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2019 está apresentada a seguir:

	Dividendos e JSCP propostos				Amortização de ágio		Equivalência patrimonial		31/03/2019	
	31/12/2018	Aporte de Capital								
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	449.003	-	(6.293)	-	-	-	89.363	532.073		
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.893	-	(804)	-	-	-	25.473	71.562		
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	581.910	-	(5.338)	-	-	-	4.711	581.283		
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	349.094	24.000	(3.456)	-	-	-	7.723	377.361		
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	48.718	-	(454)	-	-	-	21.478	69.742		
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	9.625	-	-	-	-	-	(8.241)	1.384		
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	155.531	-	(2.206)	-	-	-	7.333	160.658		
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	105.109	-	(1.809)	-	-	-	19.406	122.706		
EIL-02 S.A.	1	-	-	-	-	-	-	1		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	42.013	-	-	-	(1.068)	-	-	40.945		
	1.787.897	24.000	(20.360)	-	(1.068)	-	167.246	1.957.715		

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Aumento no percentual de investimentos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial ajustado (*)	31/03/2018 ajustado (*)
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	419.623	(118.012)	-	-	-	96.529	398.140
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	60.462	(37.292)	-	-	12	29.532	52.714
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	554.973	(5.251)	-	-	5	8.612	558.339
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	127.631	-	-	-	4	4.725	132.360
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	143.599	(2.109)	-	-	6	11.868	153.364
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	114.207	(22.837)	-	-	-	18.768	110.138
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	30.317	(18.708)	-	4.025	5	21.184	36.823
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	47.606	-	(1.398)	-	-	-	46.208
	<u>1.498.418</u>	<u>(204.209)</u>	<u>(1.398)</u>	<u>4.025</u>	<u>32</u>	<u>191.218</u>	<u>1.488.086</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Outras informações sobre investimentos: Em 1 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A ("Companhia"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa média			Custo			Depreciação			Residual		
	Taxa anual de ponderada de depreciação - %			Saldo em 31/12/2018			Saldo em 31/03/2019			Saldo em 31/12/2018		
	%	depreciação - %	ponderada de depreciação - %	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2018	Adições	Saldo em 31/12/2018
<i>Hardwares</i>	20,0	6,7	18.891	90	18.981	(16.429)	(319)	(16.748)	2.233	2.462		
Máquinas e equipamentos	10,0	6,5	1.103	-	1.103	(762)	(18)	(780)	323	341		
Móveis e utensílios	10,0	7,6	1.693	3	1.696	(939)	(32)	(971)	725	754		
Terrenos	-	-	2.192	2	2.194	-	-	-	2.194	2.192		
Edificações	10,0	4,3	8.461	-	8.461	(2.589)	(90)	(2.679)	5.782	5.872		
Veículos	20,0	7,6	157	-	157	(141)	(3)	(144)	13	16		
Instalações	10,0	9,9	8.388	32	8.420	(3.455)	(209)	(3.664)	4.756	4.933		
Imobilizado em andamento	-	-	197	-	197	-	-	-	197	197		
Benefeitorias	4,0	15,2	6.966	-	6.966	(2.851)	(265)	(3.116)	3.850	4.115		
Outros	-	-	1	-	1	(1)	-	(1)	-	-		
			48.049	127	48.176	(27.167)	(936)	(28.103)	20.073	20.882		

	Custo			Depreciação			Residual					
	Taxa anual de ponderada de depreciação - %			Saldo em 31/12/2017			Saldo em 31/03/2018			Saldo em 31/12/2017		
	%	depreciação - %	ponderada de depreciação - %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/03/2017	Adições	Saldo em 31/12/2017
<i>Hardwares</i>	20,0	10,9	18.218	227	18.445	(14.432)	(500)	(14.932)	3.513	3.786		
Máquinas e equipamentos	10,0	6,8	1.072	26	1.098	(689)	(19)	(708)	390	383		
Móveis e utensílios	10,0	7,4	1.810	-	1.810	(921)	(33)	(954)	856	889		
Terrenos	-	-	2.185	-	2.185	-	-	-	2.185	2.185		
Edificações	10,0	4,2	8.459	-	8.459	(2.243)	(90)	(2.333)	6.126	6.216		
Veículos	20,0	20,0	153	-	153	(116)	(8)	(124)	29	37		
Instalações	10,0	10,0	7.779	25	7.804	(2.660)	(194)	(2.854)	4.950	5.119		
Imobilizado em andamento	-	-	2.377	-	2.377	-	-	-	2.377	2.377		
Outros	-	10,0	5.102	-	5.102	(2.021)	(127)	(2.148)	2.954	3.081		
			47.155	278	47.433	(23.082)	(971)	(24.053)	23.380	24.073		

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %		Taxa média ponderada de depreciação - %		Custo		Depreciação		Residual					
	%	-	%	-	Saldos em 31/12/2018		Saldos em 31/03/2019		Saldos em 31/03/2019					
					Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas				
<i>Hardwares</i>	20,0		4,7		277.281	1.479	(252)	278.508	(238.760)	(3.285)	252	(241.793)	36.715	38.521
Máquinas e equipamentos	10,0		6,0		51.379	351	(36)	51.694	(28.819)	(776)	36	(29.559)	22.135	22.560
Móveis e utensílios	10,0		7,5		18.146	175	-	18.321	(11.911)	(344)	-	(12.255)	6.066	6.235
Terrenos	-		-		6.519	2	-	6.521	-	-	-	-	6.521	6.519
Edificações	10,0		4,3		8.461	-	-	8.461	(2.589)	(90)	-	(2.679)	5.782	5.872
Veículos	20,0		10,9		17.768	170	-	17.938	(14.098)	(485)	-	(14.583)	3.355	3.670
Instalações	10,0		9,9		8.388	32	-	8.420	(3.455)	(209)	-	(3.664)	4.756	4.933
Benefitorias	4,0		15,2		6.966	-	-	6.966	(2.851)	(265)	-	(3.116)	3.850	4.115
Outros	-		2,8		14.744	-	-	14.744	(9.032)	(104)	-	(9.136)	5.608	5.712
					409.652	2.209	(288)	411.573	(311.515)	(5.558)	288	(316.785)	94.788	98.137

	Taxa anual de depreciação - %		Taxa média ponderada de depreciação - %		Custo		Depreciação		Residual					
	%	-	%	-	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/03/2018		Saldos em 31/03/2018					
					Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas				
<i>Hardwares</i>	20,0		7,4		256.090	535	(14)	256.611	(220.396)	(4.753)	14	(225.135)	31.476	35.694
Máquinas e equipamentos	10,0		6,5		49.034	394	(4)	49.424	(25.782)	(798)	4	(26.576)	22.848	23.252
Móveis e utensílios	10,0		7,9		17.645	6	(46)	17.605	(10.727)	(349)	38	(11.038)	6.567	6.918
Terrenos	-		-		6.512	-	-	6.512	-	-	-	-	6.512	6.512
Edificações	4,0		4,2		8.459	-	-	8.459	(2.251)	(96)	-	(2.347)	6.112	6.208
Veículos	20,0		12,3		16.552	3	-	16.555	(12.434)	(509)	-	(12.943)	3.612	4.118
Instalações	10,0		10,0		7.779	25	-	7.804	(3.038)	(194)	-	(3.232)	4.572	4.741
Outros	-		5,9		23.827	-	-	23.827	(10.692)	(352)	-	(11.044)	12.783	13.135
					385.898	963	(64)	386.797	(285.320)	(7.051)	56	(292.315)	94.482	100.578

Em 31 de março de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

A administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

a) Controladora

	Custo			Amortização			Residual				
	Taxa anual de amortização - %	Saldos em 31/12/2018	Adições	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018	Ajustado (*)	
	Taxa média ponderada de amortização - %	31/12/2018	Adições	Adoção CPC06 (R2)	31/03/2019	31/12/2018	Adições	31/03/2019	31/12/2018	Ajustado (*)	
Intangível em andamento	-	1.274	70	-	1.344	-	-	-	-	1.344	1.274
Softwares de terceiros	20,0	78.689	209	-	78.898	(60.395)	(1.902)	(62.297)	(62.297)	16.601	18.294
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	4.989	4.989	-	(490)	(490)	-	4.499	4.989
		<u>79.963</u>	<u>279</u>	<u>4.989</u>	<u>85.231</u>	<u>(60.395)</u>	<u>(2.392)</u>	<u>(62.787)</u>	<u>(62.787)</u>	<u>22.444</u>	<u>24.557</u>

	Custo			Amortização			Residual				
	Taxa anual de amortização - %	Saldos em 31/12/2017	Adições	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017	Ajustado (*)	
	Taxa média ponderada de amortização - %	31/12/2017	Adições	Adoção CPC06 (R2)	31/03/2018	31/12/2017	Adições	31/03/2018	31/12/2017	Ajustado (*)	
Intangível em andamento	-	1.770	-	-	1.770	-	-	-	-	1.770	1.770
Softwares de terceiros	20,0	70.685	704	-	71.389	(52.890)	(1.850)	(54.740)	(54.740)	16.649	17.795
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	5.514	5.514	-	(379)	(379)	-	5.135	5.514
		<u>72.455</u>	<u>704</u>	<u>5.514</u>	<u>78.673</u>	<u>(52.890)</u>	<u>(2.229)</u>	<u>(55.119)</u>	<u>(55.119)</u>	<u>23.554</u>	<u>25.079</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

b) Consolidado

	Custo			Amortização			Residual						
	Taxa anual de amortização - %	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transf. CPC06 (R2)	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Saldos em 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018	Ajustado (*)
	Taxa média ponderada de amortização - %	31/12/2018	Adições	Baixa	Transf. CPC06 (R2)	Adoção CPC06 (R2)	31/03/2019	31/12/2018	Adições	Baixa	31/03/2019	31/12/2018	Ajustado (*)
Contratos de concessão (i)	-	7.504.632	40.042	(17.486)	45.394	-	7.572.582	(2.724.425)	(103.900)	7	(2.828.318)	4.744.264	4.780.207
Intangível em andamento (iii)	-	358.015	265.258	(15)	(45.514)	-	577.744	-	-	-	-	577.744	358.015
Softwares de terceiros	20,0	103.833	676	-	120	-	104.629	(78.716)	(2.493)	-	(81.209)	23.420	25.117
Outros	-	181.290	-	-	-	-	181.290	(12)	(12)	-	(12)	181.278	181.278
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	8.206	8.206	-	(1.357)	-	(1.357)	6.849	8.206
		<u>8.147.770</u>	<u>305.976</u>	<u>(17.501)</u>	<u>-</u>	<u>8.206</u>	<u>8.444.451</u>	<u>(2.803.153)</u>	<u>(107.750)</u>	<u>7</u>	<u>(2.910.896)</u>	<u>5.533.555</u>	<u>5.352.823</u>

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Adoção CPC06 (R2)	Saldo em 31/03/2018 Ajustado (*)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/03/2018 Ajustado (*)	31/03/2018 Ajustado (*)	31/12/2017 Ajustado (*)
Contratos de concessão	-	(ii)	6.142.696	46.378	-	6.189.074	(2.360.241)	(95.883)	(2.456.124)	3.732.950	3.782.455
Softwares de terceiros	20,0	10,5	92.494	759	-	93.253	(68.709)	(2.446)	(71.155)	22.098	23.785
Outros	-	-	181.290	-	-	181.290	(5)	-	(5)	181.285	181.285
Intangível em andamento	-	-	204.127	93.817	-	297.944	-	-	-	297.944	204.127
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	6.620.607	140.954	10.165	10.165	(2.428.955)	(99.352)	(1.023)	9.142	10.165
						6.771.726	(2.428.955)	(99.352)	(2.528.307)	4.243.419	4.201.817

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de março de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecovia R\$845 sinalização e revitalização da sinalização horizontal na BR 277; (ii) Ecosul R\$1.036 recuperação de pavimento e sinalização horizontal e vertical do Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$3.871 recuperação de pavimento rígido, sinalização horizontal, manutenção da infraestrutura viária e serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes; (iv) Ecocataratas R\$8.157 recuperação de pavimentos e de sinalização nas obras de duplicação Rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$8.113 recuperação de pavimento, sinalização horizontal, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (vi) Eco101 R\$2.845 sinalização horizontal e vertical e elementos de segurança, duplicação dos subtrechos F36 KM 3214 KM 33/EF35 KM 3052 AO KM; (vii) Ecoponte R\$3.374 desapropriações; (viii) Eco135 R\$3.250 trabalhos iniciais para operação da rodovia.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de março de 2019 foram 5,5% a.a. (6,2% a.a. em 31 de março de 2018).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 31 de março de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$4.994 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$13.555 recuperação e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas; (iii) Ecovias R\$31.455 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos; (iv) Ecocataratas R\$291 inspeção extraordinária de OAEs e estrutura e supervisão de obras da BR277; (v) Ecopistas R\$653 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e recuperação de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$45.449 obras de contorno de Iconha, da duplicação subtrecho EF35 Km 3052 e interseções Diamante Km 2980 e subtrecho F36 KM 3214 KM 33, pavimentos e passarela nos contornos de Vitória; (vii) Ecoponte R\$42.289 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Brasil; (viii) Eco135 R\$58.054 trabalhos iniciais operação rodovia e R\$53.372 capitalização de encargos e AVP sobre ônus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).

No período findo em 31 de março de 2019, foram capitalizados R\$11.895 referentes a encargos financeiros (R\$6.511 em 31 de março de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 31 de março de 2019 é de 26,53%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 15,70%a.a. para o período findo em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos – Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019	31/03/2019
Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	8.388	965	(282)	9.071	683
Outros	3.247	665	(82)	3.830	583
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	15.162	7.511	(295)	22.378	7.216
Provisão para Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	576	32	-	608	32
Provisão para manutenção	108.962	16.529	(5.994)	119.497	10.535
AVP ônus Concessão	1.447	-	(70)	1.377	(70)
Juros capitalizados	(17.935)	(4.044)	140	(21.839)	(3.904)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(45.088)	-	835	(44.253)	835
Realização do ágio na incorporação	29.505	-	(2.396)	27.109	(2.396)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	104.264	21.658	(8.144)	117.778	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					13.514

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal da companhia e das controladas diretas: ECO101 e Eco135.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$136.103 no ativo não circulante e R\$18.325 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	31/03/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	35.349	2.273	37.622	39.341	783	40.124
2020	40.058	979	41.037	37.259	487	37.746
2021	36.254	(1.541)	34.713	35.683	(1.849)	33.834
2022	6.622	(1.541)	5.081	6.539	(1.849)	4.690
2023	7.452	(2.046)	5.406	6.540	(1.849)	4.691
Posteriores a 2023 (*)	10.368	(16.449)	(6.081)	1.568	(18.389)	(16.821)
	<u>136.103</u>	<u>(18.325)</u>	<u>117.778</u>	<u>126.930</u>	<u>(22.666)</u>	<u>104.264</u>

(*) Os valores acima de dez anos estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	133.564	176.456	211.235	274.952
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(45.412)	(59.995)	(71.820)	(93.484)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	49.941	59.585	-	-
Despesas indedutíveis	(13)	(16)	(31)	(33)
Gratificações diretores	(235)	-	(418)	-
Amortização de ágio	(363)	(475)	(1.606)	(1.719)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	293	273
Outros	(368)	(522)	(539)	(882)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>3.550</u>	<u>(1.423)</u>	<u>(74.121)</u>	<u>(95.845)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(852)	(87.635)	(97.227)
Impostos diferidos	3.550	(571)	13.514	1.382
Taxa efetiva	-	-	35,1%	34,9%

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2019	31/03/2019	31/03/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	-	-	45.090	24.550
Despesa IR/CS DRE	-	852	87.635	97.227
Total de IR/CS pagos	-	(852)	(104.529)	(82.724)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.196</u>	<u>39.053</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/03/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	28.323	27.390
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	85.985	92.799
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	157	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0% a.a.	242	292
Finame (c)	Ecosul	11/2020	6,0% a.a.	84	97
Financiamento (d)	Eco101	12/2019	21,27% a.a.	86	111
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	215.585	187.354
Finem (f)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	167.375	169.567
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	57.532	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	43.498	28.461
				598.867	557.649
Circulante				63.003	59.328
Não circulante				535.864	498.321

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2019	31/12/2018
2020	48.822	59.742
2021	53.405	50.393
2022	45.488	42.211
2023	47.288	43.710
2024	45.937	42.081
Posteriores a 2024	294.924	260.184
	535.864	498.321

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	31/03/2019	31/03/2018
Saldo no início do período	557.649	491.009
Adições	51.086	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	14.975	12.523
Pagamento do principal	(12.730)	(9.593)
Pagamento de juros	(12.113)	(14.089)
Saldo no fim do período	598.867	479.850

Notas Explicativas

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(d)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção de índices.	Sem garantias.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

<u>Índices financeiros Ecopistas (a)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,04%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	2,43
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,14
<u>Índices financeiros Ecoponte (g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	48%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	8,28
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤4,00	0,82
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (ECS)	≤4,00	2,51

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	24.887	150 parcelas
B1	66.237	66.237	3.698	150 parcelas
B2	52.483	42.534	1.939	150 parcelas
B3	117.799	111.700	2.624	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	408.944	33.148	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	59.982	2.281	177 mensais
b	177.920	43.602	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	787	13	177 mensais
e	2.075	415	-	157 mensais
Total	417.000	104.786	2.294	

Ecopistas

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	75.706	114 mensais
b	85.528	85.528	60.899	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	15.473	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	8 anuais
f	21.769	-	-	8 anuais
g	21.769	-	-	8 anuais
h	22.218	-	-	8 anuais
i	4.848	-	-	8 anuais
j	11.281	11.281	3.859	114 mensais
k	29.846	22.438	7.676	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	355.396	277.384	174.527	

Notas Explicativas**14. DEBÊNTURES**

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.273.384	1.244.376
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	396.436	407.560
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% do CDI a.a.	-	-	164.271	161.665
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% do CDI a.a.	-	-	212.290	208.864
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	170.127	167.414
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% do CDI a.a.	-	-	50.963	50.123
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	57.046	56.122
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 2,56% a.a.	-	-	25.534	25.000
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% do CDI a.a.	216.464	220.106	216.464	220.106
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% do CDI a.a.	101.855	100.113	101.855	100.113
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI	1.094.530	1.076.561	1.094.530	1.076.561
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	32.182	31.346	32.182	31.346
4ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2025	105,5% do CDI a.a.	347.157	341.696	-	-
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	712.598	694.574	712.598	694.574
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	380.372	373.229	380.372	373.229
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438% a.a.	376.571	365.532	376.571	365.532
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% do CDI a.a.	-	-	226.006	226.224
			3.261.729	3.203.157	5.490.629	5.408.809
Circulante			691.752	650.996	1.354.994	1.287.451
Não circulante			2.569.977	2.552.161	4.135.635	4.121.358

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Saldo no início do período	3.203.157	3.210.525	5.408.809	5.162.689
Custos Antecipados/Adições	-	-	(340)	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	65.697	59.319	117.567	108.497
Pagamento de juros	(7.125)	-	(20.257)	(12.644)
Pagamento de principal	-	-	(15.150)	(11.066)
Saldo no final do período	3.261.729	3.269.844	5.490.629	5.247.476

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

Notas Explicativas

- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acréscimos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Notas Explicativas

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interviente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juro e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

(i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o

Notas Explicativas

primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;

- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

Notas Explicativas

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de

Notas Explicativas

outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

1ª emissão

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI *over*, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/03/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	697.929	(1.617)	696.312	695.602	(2.335)	693.267
2021	569.600	(1.743)	567.857	567.277	(1.743)	565.534
2022	569.640	(910)	568.730	567.320	(910)	566.410
2023	15.782	(322)	15.460	15.593	(322)	15.271
2024	15.782	(237)	15.545	15.593	(236)	15.357
2025	706.149	(76)	706.073	696.398	(76)	696.322
	<u>2.574.882</u>	<u>(4.905)</u>	<u>2.569.977</u>	<u>2.557.783</u>	<u>(5.622)</u>	<u>2.552.161</u>

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/03/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	1.441.088	(4.840)	1.436.248	1.452.406	(7.010)	1.445.396
2021	694.000	(5.464)	688.536	690.190	(5.464)	684.726
2022	972.110	(3.163)	968.947	964.979	(3.163)	961.816
2023	351.103	(1.509)	349.594	346.907	(1.509)	345.398
2024	334.129	(654)	333.475	330.135	(654)	329.481
Posteriores a 2024	358.906	(71)	358.835	354.612	(71)	354.541
	<u>4.151.336</u>	<u>(15.701)</u>	<u>4.135.635</u>	<u>4.139.229</u>	<u>(17.871)</u>	<u>4.121.358</u>

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5x	0,78x
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,32x
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	9,17x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	36,04%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	2,43x
		Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	3,84x
		Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	3,14x
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,12x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,12x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,12x
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,51x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	< 3,5x	2,75x
		Ebitda /Despesa financeira líquida	> 2,0x	4,81x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,51x
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,27x
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,51x
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,5x	5,27x
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,51x	
	Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,27x	
6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,51x	
	Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,27x	
7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,51x	
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,67x
Eco135	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,51x

Notas Explicativas

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	5,00%+ IPCA a.a.	11,41%a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	5,35%+ IPCA a.a.	11,21%a.a.
	2ª série	24/05/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	12,03%a.a.
	Série única	18/11/2016	215.000	(248)	214.752	106,0% CDI	9,09%a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,98%a.a.
	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	7,72%a.a.
	1ª/2ª/3ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,78%a.a.
Ecovias dos Imigrantes			750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	7,06%a.a.
			30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	10,09%a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	11,48%a.a.
	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,80%a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,68%a.a.
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,64%a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,80%a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,75%a.a.
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,66%a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,81%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,5% do CDI	6,75%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	6,75%a.a.
Eco101	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	6,75%a.a.
	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	9,03%a.a.
	Série única	17/05/2017	185.000	(481)	184.519	106,5% CDI	7,60%a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	11,12%a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	8,13%a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,28%a.a.
Eco135	Série única	15/08/2018	225.000	(953)	224.047	117,5% CDI	7,51%a.a.
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	106,5% CDI	11,93%a.a.
			5.320.000	(69.857)	5.250.143		

Notas Explicativas

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	4.809	4.989	7.392	8.206
Circulante	2.883	3.063	5.068	5.882
Não circulante	1.926	1.926	2.324	2.324

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Adoção inicial CPC06 (R2) (vide Nota Explicativa nº3)	4.989	5.514	8.206	10.165
Encargos financeiros	1.022	1.138	1.783	2.248
Pagamento principal	(180)	(64)	(814)	(349)
Pagamento de juros	(1.022)	(1.138)	(1.783)	(2.248)
	4.809	5.450	7.392	9.816

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado				
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	Custos e Despesas	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(b)	Controlada	1.315	-	-	4.562	-	-	-	-	-
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul(b)	Controlada	25	-	-	4.203	-	-	-	-	-
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada	5.377	-	25	75	-	-	-	-	75
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(b)	Controlada	19	-	54	17.563	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (i)	Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (e)	Controlada	1.709	-	-	5.463	-	-	-	-	76
Rodovia das Cataratas S.A.(b)	Controlada	58	-	58	173	-	-	-	-	173
Rodovia das Cataratas S.A.(f)	Controlada	2.067	-	-	6.606	-	-	-	-	-
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas(b)	Controlada	-	144.500	-	-	2.569	-	-	-	-
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas (a)	Controlada	-	275.824	-	-	-	-	4.327	-	-
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas (k)	Controlada	124	-	8	-	-	-	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(i)	Controlada	499	-	-	1.594	-	-	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(b)	Controlada	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodoanel S.A. (i)	Controlada	155	-	10	-	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (i)	Controlada	794	-	-	2.539	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	354	-	-	1.131	-	-	-	-	-
Cons.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte(b)	Controlada	257	-	480	30	-	-	-	-	56
Conc.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (o)	Controlada	61	-	-	194	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	1	-	4	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (i)	Outras partes relacionadas	120	-	-	385	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	602	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(l)	Controladora	-	454.697	-	-	-	-	-	11.559	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(g)	Controladora	-	357.837	-	-	5.605	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	-	91.218	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(h)	Controladora	-	-	-	-	-	-	1.434	-	-
Total em 31 de março de 2019		12.944	1.324.076	1.241	44.518	8.174	11.559	5.761	380	
Total em 31 de dezembro de 2018		189.363	1.311.744	44.626						
Total em 31 de março de 2018					62.590	12.761	-	-	-	303

Notas Explicativas

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo			Resultado		
		Circulante	Não circulante/ Intangível	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	Custos e Despesas
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	61	-	-	194	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (i)	Outras partes relacionadas	1	-	4	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	120	-	-	386	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Outras partes relacionadas	-	-	602	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Outras partes relacionadas	-	-	107	-	-	-	-	161
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	Outras partes relacionadas	-	454.697	-	-	-	11.559	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	357.837	-	-	5.605	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	91.218	-	-	-	-	1.434	-
Ecorodoanel S.A. (i)	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-	-	-	-
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.(m)	Outras partes relacionadas	-	7.895	1.130	-	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(m)	Outras partes relacionadas	-	473	91	-	-	-	-	-
Consorcio MG135 (q)	Outras partes relacionadas	-	7.098	1.548	-	-	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (n)	Outras partes relacionadas	-	32.939	8.756	-	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (p)	Outras partes relacionadas	-	19.732	7.486	-	-	-	-	-
Total em 31 de março de 2019		191	971.889	19.724	580	5.605	11.559	1.434	161
Total em 31 de dezembro de 2018		174.211	1.071.679	49.510					
Total em 31 de março de 2018					1.523	10.246	11.686	-	2.986

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) O valor de R\$144.500 (R\$142.374 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$181.109, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já incorridos em 31 de março de 2019 é de R\$44.242 (R\$21.648 em 31 de dezembro de 2018).
- c) O valor de R\$357.837 (R\$353.073 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O contrato de mútuo foi prorrogado e alterado na taxa fixa para 105,0% do CDI, e com o vencimento para 12 de junho de 2020.
- d) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- e) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$25.
- f) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de março de 2019, esse valor atualizado é de R\$58 por mês.
- g) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. O vencimento final do pagamento da Cessão de dívida é dezembro de 2023.
- h) Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. Em 31 de março de 2019 o saldo era de R\$91.218 (R\$89.784 em 31 de dezembro de 2018).
- i) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- j) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada Ecosul que pertence a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O saldo em aberto a pagar de R\$54 (de aluguéis já realizados) tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- k) Em 12 de julho de 2017, a controlada direta Conc.Rod. Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas realizou a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Controlada. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros; em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- l) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística (vide nota de remuneração dos administradores).
- m) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Os saldos em aberto a pagar em 31 de março de 2019 é de R\$1.221 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- n) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de março de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$8.756 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- o) A Companhia e sua Controlada direta Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - ECOPONTE assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Controlada cede para Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 março de 2019 estes valores atualizados são, respectivamente, R\$10 e R\$19 por mês (R\$9 e R\$18 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

- p) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de março de 2019, o saldo em aberto de R\$7.486 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- q) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$30.722 e o prazo final para execução destes serviços é 20 de março de 2019. Em 31 de março de 2019, o saldo em aberto de R\$1.548 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de março de 2019 em R\$8.388 (R\$19.633 em 31 de dezembro de 2018), contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	2.315	4.403
Gratificação	328	-
Plano de opção com base em ações	-	65
Previdência privada	39	20
Remuneração baseada em ações	726	317
Assistência médica	47	19
Seguro de vida	2	1
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo – ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	325	281
	<u>3.782</u>	<u>5.106</u>

Notas Explicativas**17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO****i) Outorgas fixas e variáveis**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.292	1.482
Variável - Ecopistas (a)	410	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	278	278
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	610	588
Variável - Ecosul (d)	277	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	325	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	276	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	532	532
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (h)	2.951	2.663
Fixas - Eco135 (i)	<u>820.901</u>	<u>767.527</u>
	<u>827.852</u>	<u>774.348</u>
Circulante	11.961	9.518
Não circulante	815.891	764.830

- a) A parcela variável das controladas diretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$278 (R\$278 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2019, a parcela reajustada é de R\$325 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de março de 2019, o valor atualizado é de R\$276 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada direta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de março de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$532 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).
- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

Notas Explicativas

- i) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7%a.a. no valor de R\$1.605.947.

Adicionalmente, as controladas diretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas diretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Saldo no início do período	774.348	13.062
Intangível	580	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	11.544	10.951
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 25)	-	344
Realização do AVP (*)	18.134	-
Custos financeiros (*)	35.239	-
Pagamento do principal	<u>(11.993)</u>	<u>(16.426)</u>
Saldo no fim do período	<u>827.852</u>	<u>7.931</u>

(*) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 – Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

- ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada

Notas Explicativas

exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	31/03/2019							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	62.123	156.239	249.068	45.541	73.452	1.530.854	541.234	2.658.511
Conservação especial (manutenção)	22.642	67.792	178.519	148.475	433.008	692.478	432.755	1.975.669
Equipamentos	11.002	37.729	55.009	9.211	234.609	359.994	88.237	795.791
Total	95.767	261.760	482.596	203.227	741.069	2.583.326	1.062.226	5.429.971
	31/12/2018							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078

Notas Explicativas

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

18. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

(i) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

(ii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a

Notas Explicativas

solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. A Concessionária Ecovia e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

(iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. As subsidiárias Concessionária Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denúncia em ação penal, apenas seus executivos afastados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476. A Companhia e suas investidas estão sujeitas às Leis 8.429/92 e 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. A Companhia está atualmente apurando os fatos alegados na denúncia e consultando seus assessores legais, a fim de avaliar, quanto a potenciais ações que eventualmente venham a ser apresentadas no futuro, os riscos envolvidos, as possíveis alternativas e argumentos de defesa. Entretanto, no momento, não é possível determinar uma perda provável decorrente de obrigação presente advinda de evento passado ou mensurar de forma precisa o eventual risco envolvido. Isso tendo em vista que, entre outros fatores: (i) o Ministério Público Federal não entrou com ação contra a Companhia ou suas subsidiárias com base nos eventos acima mencionados; e (ii) não está claro, até o momento, em qual medida as alegações do Ministério Público Federal estão corretas e quais pedidos e evidências seriam utilizados para embasar as alegações. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com as seguintes responsabilidades: (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item

Notas Explicativas

anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação de empresas renomadas. O Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação.

Em 21 de março de 2019 foram realizados bloqueios judiciais no valor de R\$185.368 em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas, em determinação emanada no âmbito do Arresto 5008589-29.2019.4.04.7000, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de Curitiba-PR, como medida garantidora voltada a assegurar eventual ressarcimento no âmbito da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 também em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. Ambas as Concessionárias apresentaram manifestação requerendo o desbloqueio dos valores.

Acerca do desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informa que foram concluídos com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, com apoio dos representantes dos renomados escritórios contratados. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderá apresentar novas informações que, por sua vez, poderão potencialmente resultar em novas alegações ou evidencias. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, neste momento a Companhia não dispõe de elementos que a possibilitem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos.

Notas Explicativas**19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente com taxas de 6,92% a 12,81% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.328.191	48.680	-	-	1.376.871
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(275.212)	(9.734)	-	-	(284.946)
Realização da manutenção	(929.908)	-	(17.408)	-	(947.316)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	197.404	-	-	9.669	207.073
	<u>320.475</u>	<u>38.946</u>	<u>(17.408)</u>	<u>9.669</u>	<u>351.682</u>
Circulante	79.074				103.211
Não circulante	241.401				248.471

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº24)	1.142.368	32.902	-	-	1.175.270
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº24)	(232.403)	(5.939)	-	-	(238.342)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(14.611)	-	(824.143)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº25)	169.191	-	-	7.051	176.242
	<u>269.624</u>	<u>26.963</u>	<u>(14.611)</u>	<u>7.051</u>	<u>289.027</u>
Circulante	90.503				82.943
Não circulante	179.121				206.084

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	31/03/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	-	(23.540)
Realização da construção	(47.803)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	19.055	364	19.419
	<u>96.867</u>	<u>364</u>	<u>97.231</u>
Circulante	71.841		74.418
Não circulante	25.026		22.813

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(50)	-	(47.371)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº25)	15.939	-	779	16.718
	<u>65.266</u>	<u>(50)</u>	<u>779</u>	<u>65.995</u>
Circulante	57.568			57.518
Não circulante	7.698			8.477

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Controladora	
	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	632	632
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	50	50
(-) Pagamentos	(15)	(15)
(+) Atualização monetária	9	9
Saldos em 31 de março de 2019	<u>676</u>	<u>676</u>

	Controladora	
	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.071	1.071
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	13	13
(-) Pagamentos	(13)	(13)
(+) Atualização monetária	11	11
Saldos em 31 de março de 2018	<u>1.082</u>	<u>1.082</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	63.893	9.025	5.873	78.791
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	8.845	1.159	15	10.019
(-) Pagamentos	(420)	(853)	-	(1.273)
(+) Atualização monetária	1.412	414	(362)	1.464
Saldos em 31 de março de 2019	73.730	9.745	5.526	89.001

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	66.661	10.721	8.630	86.012
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.587	331	210	2.128
(-) Pagamentos	(945)	(219)	-	(1.164)
(+) Atualização monetária	1.044	(172)	11	883
Saldos em 31 de março de 2018	68.347	10.661	8.851	87.859

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de março de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$58.674 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2019, o montante de R\$349.886 (R\$209.187 em 31 de dezembro de 2018), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$43.523 (R\$41.412 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada direta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de março de 2019, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$177.858 (R\$174.610 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 31 de março de 2019 é de R\$129.794 (31 de dezembro de 2018 é de R\$128.386).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

Notas Explicativas

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2019 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2018).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no período findo em 31 de março de 2019 de R\$60.000 refere-se a dividendos remanescentes do exercício de 2018 já aprovados na Assembleia Geral Ordinária em 15 de abril de 2019.

e) Participações de acionistas não controladores

	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Saldo no início do período	-	97.948
Aquisição de participação de minoritários	-	(4.025)
Constituição de reservas	-	(2.156)
Reserva de capital - plano de opções	-	3
Participação nos lucros do período	-	4.074
Saldo no fim do período	-	95.844

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

23. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receita com arrecadação de pedágio (a)				
Pedágio em numerário	-	-	277.318	288.052
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	316.564	323.345
Vale-pedágio	-	-	65.489	60.860
Outras	-	-	25	138
	-	-	659.396	672.395
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	46.720	47.457	23.461	26.093
Receita de construção (d)	-	-	224.826	126.745
Receita bruta	46.720	47.457	907.683	825.233
Deduções de receita bruta	(5.207)	(5.290)	(63.927)	(65.275)
Receita líquida	41.513	42.167	843.756	759.958

Notas Explicativas

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
- (d) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	659.396	672.395
Receitas acessórias e de prestação de serviços	46.720	47.457	23.461	26.093
	46.720	47.457	682.857	698.488
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(3.553)	(3.609)	(23.967)	(24.460)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(769)	(781)	(5.192)	(5.299)
ISS (2% a 5%)	(885)	(900)	(34.672)	(35.463)
Abatimentos	-	-	(96)	(53)
	(5.207)	(5.290)	(63.927)	(65.275)

Notas Explicativas**24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

Controladora	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Pessoal	26.945	21.450
Conservação e manutenção	2.107	1.200
Serviços de terceiros	7.509	4.332
Seguro	6	31
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 10.a e nº 11.a)	3.328	3.200
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	972	1.879
Outros custos operacionais	1.295	1.085
	<u>42.162</u>	<u>33.177</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	27.930	20.910
Despesas operacionais gerais e administrativas	14.232	12.267
	<u>42.162</u>	<u>33.177</u>
Consolidado	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Pessoal	68.554	59.073
Conservação e manutenção	21.164	18.572
Serviços de terceiros (**)	34.184	31.163
Seguro	3.044	3.000
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 10.b e nº 11.b)	113.308	106.403
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	11.544	10.951
Locações de imóveis e máquinas	4.129	3.507
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	38.946	26.963
Custos de construção de obras	224.826	126.745
Outros custos e despesas operacionais	15.113	13.557
	<u>534.812</u>	<u>399.934</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	499.063	368.480
Despesas operacionais gerais e administrativas	35.749	31.454
	<u>534.812</u>	<u>399.934</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	13.040	16.136	24.861	24.092
Variação monetária créditos fiscais	2	389	647	1.062
Juros sobre mútuo	8.173	12.760	5.605	10.246
Receita sobre debêntures privada	5.761	5.670	1.434	1.411
Juros ativos sobre cessão da dívida	11.559	11.686	11.559	11.686
Juros capitalizados	-	-	11.895	6.511
Outras receitas financeiras	936	34	956	100
	39.471	46.675	56.957	55.108
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(46.073)	(48.250)	(81.939)	(80.263)
Juros sobre financiamentos	-	-	(13.363)	(11.387)
Variação monetária sobre debêntures	(13.031)	(8.666)	(32.395)	(25.850)
Variação monetária sobre financiamentos	-	-	(1.612)	(1.136)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.135)	(1.592)	(3.233)	(3.795)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	-	(344)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	(10.034)	(7.830)
Atualização monetária obrigações fiscais	(9)	(12)	(1.464)	(882)
Juros sobre debêntures privada	(5.458)	(5.371)	-	-
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(3.719)	(3.647)	(4.553)	(4.301)
Juros sobre arrendamento mercantil - CPC06 (R2)	(1.022)	(1.138)	(1.783)	(2.248)
Outras despesas financeiras	(988)	(355)	(4.274)	(2.141)
	(71.435)	(69.031)	(154.650)	(140.177)
Resultado financeiro, líquido	(31.964)	(22.356)	(97.693)	(85.069)

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas

26. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/03/2019	31/03/2018 Ajustado (*)
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	137.114	175.033
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,20</u>	<u>0,25</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018 Ajustado (*)	31/03/2019	31/12/2018 Ajustado (*)
Dívida (a)	3.266.538	3.208.146	6.924.740	6.749.012
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(971.886)	(913.958)	(1.682.046)	(1.682.086)
Dívida líquida	2.294.652	2.294.188	5.242.694	5.066.926
Patrimônio líquido (b)	1.099.369	1.022.255	1.099.369	1.022.255
Índice de endividamento líquido	2,09	2,24	4,77	4,95

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14,15 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 96,5% do CDI em 31 de março de 2019 (99,3% do CDI em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 13, 14,15 e 17.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		30.618	30.618
Clientes (i)	Custo amortizado	121.673	121.673
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Valor justo através do resultado	1.651.428	1.651.428
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	68.994	68.994
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	598.867	598.867
Debêntures (iii)	Custo amortizado	5.490.629	5.490.629
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	7.392	7.392
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	827.852	827.852
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	6.791	6.791

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(v) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	<i>Capex</i> , desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

Notas Explicativas

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

Notas Explicativas

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$83.456 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovia	106,5% CDI	165.611	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	33.897	149.443	-	-
Debêntures - Ecosul	110,75% CDI	4.486	50.728	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	11.070	50.679	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42%a.a.	211.809	184.576	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	29.213	332.890	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,5% CDI	70.922	24.882	26.771	392.610
Debêntures - ECS	114,85% CDI	107.385	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	221.665	-	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	71.399	51.790	417.635	391.531
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%a.a.	2.649	2.023	2.118	43.144

Notas Explicativas

Debêntures – ECS	IPCA + 7,4438%a.a.	47.208	28.561	29.909	532.737
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56%a.a.	2.783	26.661	-	-
BNDES – Ecoponte	TJLP + 3,48%a.a.	7.618	7.623	7.623	79.408
BNDES – Ecoponte	TJLP + 3,48%a.a.	4.825	5.776	5.776	62.092
Debêntures Privadas Ecopistas	105,0% CDI	20.272	8.029	8.635	132.504
Debêntures Privadas Ecopistas	105,5% CDI	24.323	11.694	12.581	204.963
Debêntures - Ecocataratas	106,5% CDI	214.174	-	-	-
Debêntures – Eco135	117,5% CDI	18.513	231.248	-	-
BNDES – Ecopistas	TJLP + 2,45a.a.	7.163	6.758	6.329	14.321
BNDES – Eco101	TJLP + 3,84a.a.	26.528	26.528	26.528	179.063
BNDES – Eco101	TJLP + 3,84a.a.	31.058	31.081	31.081	256.418
Debêntures – ECS	IPCA + 5,00%a.a.	124.876	-	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25%a.a.	128.529	127.811	156.245	80.337
Debêntures – ECS	IPCA + 5,35%a.a.	46.374	234.164	231.864	228.865
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80%a.a.	156.785	145.908	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28%a.a.	81.569	43.690	45.752	1.162.893
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	35.006	32.574	13.988	17.673
Empréstimos e Financiamentos Eco101	21,27%a.a.	92	-	-	-
Finame Ecosul	6,00%a.a.	54	34	-	-
Finame – Ecocataratas	2,50%a.a.	47	46	45	26
Finame – Ecocataratas	6,00%a.a.	209	41	-	-
		1.908.112	1.815.238	1.022.880	3.778.585

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (d)	Alta do CDI	96.009	120.011	144.013
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(439.504)	(498.025)	(556.137)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(209.250)	(210.445)	(211.639)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(3.620)	(4.525)	(5.430)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(2.220)	(2.775)	(3.330)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(50.730)	(63.412)	(76.094)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(609.315)</u>	<u>(659.171)</u>	<u>(708.617)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de março de 2019 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA (b)	3,8%	4,7%	5,6%
TJLP (c)	7,0%	8,8%	10,5%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 29 de março de 2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de abril de 2019 a controlada direta ECO135 Concessionária de Rodovias S.A. iniciou a cobrança de pedágio nas seis praças a partir da zero hora. A ECO135 executou todo o cronograma de investimentos iniciais dentro do prazo previsto e adiantou em quinze dias a operação de atendimento ao usuário.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada direta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação é realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Ecorodovias informa que foi instaurada uma auditoria interna com objetivo de apurar os fatos. A auditoria contará com apoio externo profissional para seus trabalhos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às informações financeiras intermediárias, estão ocorrendo investigações pelo Ministério Público Federal e determinadas denúncias que envolvem duas controladas diretas da Companhia. Em virtude dessas denúncias, o Conselho de Administração instalou um Comitê Independente para realizar as investigações internas pertinentes. Esse trabalho foi concluído, e o seu resultado, combinado com a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, é, neste momento, inconclusivo.

Conseqüentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluir sobre possíveis efeitos nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de abril de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico